I - registrará a inadimplência no SIAFEM, se não tiver sido efetuado anteriormente;

II - devolução dos recursos recebidos, devidamente corrigidos;

III - inscrição da beneficiária em dívida ativa;

IV - instaurará processo de tomada de contas especial;

§ 2º - Constatada a ocorrência de dano ao erário causado pelo parceiro devem ser observadas as disposições do art. 127 da Lei Estadual nº 8.972/2020.

Art. 11. No caso de denúncia ou rescisão do instrumento jurídico, os partícipes ficam vinculados às responsabilidades, inclusive de prestar contas relativas ao prazo em que tenham participado da parceria.

§ 1º. Na hipótese de denúncia, rescisão ou extinção da parceria, caso não tenha ocorrido liberação de recursos, não há obrigação de prestar contas.

§ 2º. Na hipótese de denúncia, rescisão ou extinção da parceria, caso tenha ocorrido liberação de recursos, com execução parcial dos instrumentos de parceria, deverá ser procedida à devolução dos saldos em conta dos recursos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, observada quanto a estas a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, se houver, exigida a prestação de contas dos recursos recebidos, nos termos estabelecidos.

Art. 12. Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica da parceria, isenta de tarifa bancária, aberta para cada projeto, em instituição financeira oficial.

§ 1º Os recursos, enquanto não utilizados na sua finalidade, deverão ser aplicados:

I - em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês; ou

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos inferiores a 01 (um) mês.

§ 2º Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, em item que conste no plano de trabalho aprovado e deve ser justificado e comprovado na prestação de contas, estando sujeito às mesmas condições exigidas para os recursos transferidos e, salvo previsão contrária no instrumento, independe de aditamento;

§ 3º A utilização dos rendimentos para alteração de quantidades ou aquisição de novos itens deverá ser previamente aprovada pela FAPESPA.

§ 4º Os rendimentos das aplicações financeiras não poderão ser computados como contrapartida financeira, quando houver.

§ 5º Por ocasião da conclusão, rescisão ou extinção do instrumento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública, no prazo de até 60 (sessenta) dias, observada a regra do §2º do art. 6º.

§ 6º Tratando-se de termo de outorga de subvenção econômica o prazo citado no parágrafo anterior é de 30 (trinta) dias.

Art. 13. A movimentação dos recursos dos projetos das parcerias deverá ser realizada preferencialmente por meio de transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final.

§ 1º Poderão ser realizados, mediante justificativa circunstanciada e em caráter excepcional, saques para pagamento em dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou atendimento de despesas de pequeno vulto, com adoção, em ambas as hipóteses, de mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final, devendo as informações sobre tais pagamentos constar em item específico da prestação de contas.

§ 2º Deverá ser garantido o controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto.

§ 3º Considera-se despesa de pequeno vulto aquela que não supere o montante de 2,5% do limite previsto no art. 23, II, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93 (R\$-4.400,00).

Art. 14. Na execução dos instrumentos jurídicos previstos nesta Portaria, as fundações de apoio adotarão regulamento específico para aquisições e contratações de bens e serviços, que garanta a aplicabilidade dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, observada a legislação pertinente.

§ 1º As compras de bens e as contratações de serviços e obras pela ICT/PA privada com recursos transferidos pela concedente adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado e deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, e se instruirão com, no mínimo, os seguintes elementos:

I - se possível, cotação prévia de preços com pelo menos três orçamentos de fornecedores ou prestadores de serviço distintos, bancos de melhores preços, atas de registro de preços, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, sem prejuízo da utilização de outras fontes, quando houver;

II - justificativa da escolha do fornecedor ou prestador de serviços, atestadas a vantajosidade e a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, incluindo, se for o caso, apontamento de priorização de acessibilidade, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento local e incentivo à inovação tecnológica como critérios, demonstrando que a proposta vencedora atende melhor ao interesse público;

III - contrato firmado com o fornecedor ou prestador de serviços escolhido e seus aditivos, se for o caso;

IV - atestado de que os bens ou serviços adquiridos com os recursos foram recebidos ou realizados em condições satisfatórias e em conformidade com o plano de trabalho; e

V - documentos relativos a pagamento e comprovação de despesas

§ 2º Na execução dos termos de outorga, as contratações de serviços e aquisições de bens deverão ser instruídas com, no mínimo, os seguintes elementos:

I - cotação prévia de preços com no mínimo três orçamentos válidos,

exceto nos casos de fornecedores exclusivos;

II - justificativa da escolha do fornecedor ou prestador de serviços quando a contratação não ocorrer pelo menor preço, demonstrando a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, incluindo, se for o caso, apontamento de priorização da acessibilidade, da sustentabilidade ambiental, do desenvolvimento local e o incentivo à inovação tecnológica como critérios, demonstrando-se que a proposta vencedora atende melhor ao interesse público;

III - contrato firmado com o fornecedor ou prestador de serviços escolhido, se for o caso, e seus aditivos;

IV - certificação de que os bens ou serviços adquiridos com recursos da parceria foram recebidos ou realizados em condições satisfatórias e em conformidade com o plano de trabalho;

V - documentos originais relativos ao pagamento e à comprovação de despesas.

§ 3º - As compras de bens e as contratações de serviços e obras pela ICT/PA pública com recursos transferidos pela concedente adotarão deverão observar as normas Licitações e Contratos Administrativos, podendo a contratação ser realizada por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, nas hipóteses legalmente previstas, devendo constar dos processos de contratação as razões técnicas da escolha do fornecedor e a justificativa de preço.

§ 4º Na hipótese do § 3º, não caberá à FAPESPA, por ocasião da prestação de contas, analisar ou fiscalizar a regularidade de licitações e contratações feitas com os recursos transferidos.

Art. 15 - É vedada, na hipótese de utilização de recursos públicos estaduais relativos à parceria:

I - a produção em escala de quaisquer produtos e a aquisição de bens ou serviços para o benefício ou uso direto do órgão ou entidade repassadora dos recursos;

II - a contratação de fornecedor ou prestador de serviço que conste no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados para com Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual (CADIN-PA), nos termos da Lei Estadual nº 8.873, de 25 de junho de 2019, ou que esteja impedido de licitar e contratar com a administração pública estadual;

III - a contratação de fornecedor ou prestador de serviço que não apresente os documentos indicados no caput do art. 11 do Decreto Estadual nº 1.713/2021;

IV - a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção superior da concedente, contratante e financiadora;

V - a utilização de recursos em finalidade diversa da estabelecida no instrumento do ajuste, ainda que em caráter emergencial;

VI - a realização de despesas:

a) em data anterior ou posterior à vigência do ajuste;

b) com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros; ou

c) com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo, de orientação social ou de divulgação da pesquisa, de que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

VII - a contratação de pessoas naturais que tenham sido condenadas por crime:

a) contra a administração pública ou o patrimônio público;

b) eleitoral, para o qual a lei comine pena privativa de liberdade; ou

c) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Parágrafo único - O parceiro somente poderá pagar despesas em data posterior ao término da execução do convênio ou termo de outorga quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência, mediante justificativa técnica a ser avaliada na prestação de contas pela FAPESPA.

Art. 16 - A FAPESPA informará em suas chamadas, alterações no procedimento de prestação de contas, em virtude de exigências específicas de parceiros que a cofinanciem, assim como casos específicos.

Art. 17 - O disposto nesta Portaria aplica-se aos novos instrumentos jurídicos a serem celebrados pela FAPESPA e aos que tenham valor inferior a R\$-100.000,00 (cem mil reais) e estejam em fase de execução do objeto ou de análise de prestação de contas.

§ 1º Tratando-se de termo de outorga de subvenção econômica, o disposto nesta Portaria aplica-se aos novos instrumentos jurídicos a serem celebrados pela FAPESPA e aos que tenham valor inferior a R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais) e estejam em fase de execução do objeto ou de análise de prestação de contas.

Art. 18. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, a FAPESPA dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará os Ministérios Públicos Federal e Estadual, conforme o caso.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Presidente, em 21 de Junho de 2022.

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Protocolo: 816644

PORTARIA Nº 150/2022 – GABINETE, de 20 de Junho de 2022.

O Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 7º, da Lei Complementar Estadual n. 061, de 24 de julho de 2007, e alterações posteriores.

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 18.857/2016 e demais normativos aplicáveis do Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE/PA;